



MUNICÍPIO DO FUNDÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 2/2009

Realizada em 12 de Março de 2009

ACTA N.º 2/2009

1
Vergo
A

Aos doze dias do mês de Março de dois mil e nove, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís da Cruz Gavinhos e secretariada pelo Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e Senhor António Rodrigues Almeida.

Efectuada a chamada, verificou-se a falta dos seguintes Membros: Maria de Lurdes Figueira, José Soares, Amândio Madaleno e José Joaquim Roque Diamantino, que justificaram atempadamente a sua ausência e foram substituídos respectivamente pelos membros José Luís Oliveira, Berta Oliveira, Pedro Ribeiro e Fernando Cruz. Faltou o senhor Presidente da Assembleia, Vítor Ângelo Martins, que apresentou justificação no dia da sessão. Faltaram ainda os Membros José Manuel Anacleto, Maria Alice Cardoso, Francisco Barata Roxo, António Roque, Sérgio Serra, João António Donato Carvalho e Carlos Jerónimo que não apresentaram qualquer justificação.

Estiveram presentes todos os Membros do Executivo, excepto o Senhor Vereador Carlos Rolão e Conceição Martins.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do município;

2.2 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Contracção de um empréstimo a Médio e Longo Prazo até ao valor de 5.587.920,00 € - Adjudicação”;

2.3 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Candidatura à resolução do Conselho de Ministros 191-A/2008 de 27 de Novembro – financiamento de médio e longo prazo – adjudicação de um empréstimo junto da CGD no valor de 4.505.814,00 € e junto do Estado através da Direcção Geral no valor de 3.003.875,00 €”;

2.4 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Declaração de interesse municipal do perímetro de intervenção do programa de Regeneração Urbana do Polis XXI do Fundão”.

2
Luís Lourenço

O Sr. Presidente da Mesa em Exercício cumprimentou os presentes e colocou a discussão a acta nº 5/2008 e 1/2009, sendo alvo das seguintes considerações:

Acta 5/2008 – Relativamente a esta acta o Membro. Luís Lourenço disse que, na intervenção que fez no período antes da ordem do dia da última Assembleia, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia tolerância relativamente ao tempo que iria ocupar naquele período. A acta não reflecte as suas palavras e sente-se um pouco infeliz com o que ficou transcrito. Não queria levantar mais questões, mas que a única coisa que ia recomendar era que se repensasse da feitura das actas da Assembleia Municipal porque, se não são transcrevem tudo o que é dito, senão seriam um diário das sessões, também não são a súmula das decisões que se tomam. Considera que valeria a pena pensar-se na forma de fazer estas actas e de transcrever aquilo que aqui é dito e decidido. Não havendo mais interessados em intervir sobre este assunto foi a acta colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Acta 1/2009 – Colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

1º - Período Antes da Ordem do Dia

Luís Lourenço – Começou por afirmar que naquele dia muita coisa haveria a dizer sobre este aniversário das malfetorias que os governos têm feito nos últimos tempos, mas não é esse o objectivo desta sua intervenção. Leu um documento que se junta à presente acta constituindo o Anexo I. focando o falecimento recente do Dr. Luís Seco.

Nuno Baltazar Mendes – Manifestou também o seu pesar pelo falecimento do Dr. Luís Seco, considerando-o um dos bons amigos que sempre teve no Fundão. Afirmou que teve o privilégio de partilhar da sua amizade e solidariedade e a sua morte prematura foi uma grande perda e um grande constrangimento, pelo que ele próprio e o grupo que representa se curvavam perante a sua memória, o seu grande exemplo de cidadania e dignidade humana e sobretudo a sua profunda solidariedade. O Fundão perdeu um dos seus melhores cidadãos. De seguida leu um documento em nome do Partido Socialista, que se junta à presente acta constituindo o Anexo II.

Eduardo Saraiva – Começou por afirmar que teve a felicidade de ter tido o Dr. Luís Seco como um grande amigo, partilhou com ele durante muito tempo a vida escolar e confraternizou muito na actividade desportiva na modalidade de natação. Sempre admirou a sua forma de estar com os amigos e sempre querer ser útil ao cidadão. O seu falecimento foi uma grande perda e em seu nome pessoal associava-se às intervenções já efectuadas e em nome da bancada do PSD não queriam deixar de prestar esta homenagem ao Dr. Luís Seco. Dos seus passeios pelo Fundão e da pesquisa que efectuou, nenhuma rua tem o nome de uma Senhora que merecia essa homenagem. Referia-se a D. Ermelinda da Conceição Azevedo que faleceu em 9/9/1994, e que legou em testamento à Santa Casa da Misericórdia do Fundão o terreno onde foi instalado o hospital, com a obrigação de se construir em terreno anexo, a residência paroquial, doando também parte do terreno onde foi instalado o albergue dos inválidos do trabalho. Mostrou a sua surpresa com a intervenção do Membro Baltazar Mendes, considerando que este se enganou na direcção do discurso, pensando que estava a fazer o retrato do governo do PS. Relativamente às restantes palavras e “como o povo é quem mais ordena” vai esperar pelo mês de Outubro para ver quem vai ordenar no Fundão.

Bruno Ramos – Começou por pedir à Câmara para ter uma maior preocupação com o seu site, nomeadamente com a secção destinada à Assembleia Municipal, uma vez que só estão disponíveis as actas até ao ano de 2007. Ao Dr. Eduardo Saraiva disse “oxalá o povo não ordene 6 meses sem democracia, senão íamos de mal a pior”. Considerou que as autarquias locais são a base do poder democrático em Portugal e falou da Lei nº 8/2009 datada de 18 de Fevereiro que consagra a existência obrigatória de conselhos municipais de juventude em todos os municípios portugueses. Esta lei representa uma nova forma de incentivar e valorizar a participação política e cívica dos jovens em todas as autarquias, exigindo que as mesmas se empenhem de forma célere na implementação da nova Lei. Tendo em conta a realidade existente no concelho do Fundão, considerou ser responsabilidade da Câmara iniciar desde já a elaboração do regulamento daquele conselho municipal de forma e que o mesmo possa ser discutido e votado na próxima sessão da Assembleia Municipal, cumprindo-se assim o artigo 27º da Li atrás mencionada. Terminou mostrando a total disponibilidade da Juventude Socialista do Fundão na implementação de todo este processo no nosso concelho.

Nuno Miguel Henriques – Estranhou as palavras do membro Baltazar Mendes, considerando que neste momento, passados 4 anos do governo do PS, seria bom questionar-se se existe liberdade em Portugal, se existe democracia, já que conhece pessoas que têm medo de dizer as verdades, de dizer o que se passa. Se existe gestão que aceita todos, com independentes e de outros partidos é a da actual Câmara Municipal, que tenta combater as dificuldades que o governo do PS cria às pessoas no seu dia-a-dia. Relativamente à propaganda considerou que a Câmara do Fundão tem sabido gerir, com dificuldades, com altos e baixos, para fazer obra e, para demonstrar qualidade naquilo que faz. Na altura certa o povo saberá escolher entre o que é o PSD na Câmara do Fundão e o que tem feito em prol das pessoas e os restantes partidos.

Jorge Santos – Agradeceu à Câmara o facto de ter iniciado as obras no jardim-de-infância de Vale de Prazeres, de ter resolvido o problema de transporte dos meninos da anexa da Lomba para o colégio de Alpedrinha. Recordou que o pavimento na estrada municipal continua em mau estado e que a questão da água e saneamento às Quintas da Torre, Póvoa Palhaça e Catrão, e o saneamento a Monte Leal e Cortiçada o preocupam.. Mostrou também a sua preocupação relativamente ao parque infantil, considerando que a Câmara deve informar se o faz ou não, para se resolver definitivamente o assunto. Lembrou também que o caminho municipal da Lomba continua intransitável a carros pesados, devido à “cratera” que ali se abriu. Terminou afirmando que continua sem receber os 5.000 € que o Senhor Vice-presidente prometeu resolver.

José Neves Costa – Disse ter ficado agradado com o início desta Assembleia, nomeadamente com a intervenção do membro Luís Lourenço, já que começamos a reparar nas pessoas e nas instituições. Lamentou também a perda do Dr. Luís Seco, com quem teve o privilégio de fazer perto de 1.000 programas de Jazz. Fazem-lhe confusão discursos como o de hoje, de campanha eleitoral para a Câmara, quando pensa que existem prazos a cumprir, não sendo por isso o local e a altura própria para o fazer. Enalteceu o trabalho do Dr. António Martinho, que durante mais de 20 anos exerceu a sua actividade como médico na nossa região e que infelizmente faleceu recentemente. Considerou-o uma figura que merece todo o respeito e que sempre trabalhou em prol das populações do Fundão, fez aqui a sua carreira, aqui viveu e criou o seu filho, pelo que merece o reconhecimento de todos.

Rogério Hilário – Disse que quem não se sente não é filho de boa gente. Informou também que exerce, com um grupo de cidadãos, o cargo de dirigente na Associação Comercial e que sempre o fizeram de forma gratuita, em prol dos outros. Muitas eleições já passaram por esta e outras associações e não se lembra de alguma vez ter visto o membro Nuno Baltazar disponível para fazer parte dos órgãos de alguma delas. O discurso daquele membro deve ter outra direcção, lembrando que desde 1995 o PSD apenas esteve 3 anos no Governo. Se existe um colapso da nossa economia, da nossa cidadania, daquilo que são as nossas referências culturais, não podem dizer que é por causa do PSD. O PS é o responsável, talvez porque não quiseram, não souberam ou não tiveram competência para tal. A mudança aqui apregoada não tem razão de ser e devia ser direccionada para outro órgão, tal como as palavras encerramento e isolamento. Perguntou quais eram os equipamentos que este concelho tinha até esta Câmara iniciar funções e quais as actividades até então desenvolvidas. O discurso é de campanha eleitoral, mas devemos falar a verdade. As pessoas quiseram a mudança, sabem com o que podem contar e de certeza que não querem mudar para a mudança do nada.

João Santos Costa – Disse que não devíamos perder tempo com campanha eleitoral, mas devemos pensar na demagogia que pode viciar a decisão do povo português. Ninguém sério deve dizer que alguém propôs a suspensão da democracia, nem o Prof. Medina Carreira. Devemos sim reflectir para colocar este país na ordem, nos carris e trabalhar para termos futuro. Deu os parabéns ao Município por tudo o que tem feito.

Jorge Garcês – Disse que esta Câmara preparou um pacote de medidas para fazer face à crise económica e sobretudo social, que muitas famílias portuguesas têm vivido. Apresentou quatro medidas que foram as seguintes: Bolsa de voluntariado, programa de refeições a famílias carenciadas, acção municipal para o emprego, nomeadamente no apoio às questões sociais do concelho, nos centros de dias e lares e outras associações que prestam esse tipo de cuidados. Frisou que nesta matéria a Câmara reuniu com cerca de 60 parceiros da rede social do Fundão, tendo o programa sido aprovado por unanimidade. Apresentou um voto de confiança à Câmara Municipal por ter apresentado este pacote de medidas. Relativamente à intervenção do Membro Bruno Ramos, informou que a JSD apoia a criação dos Conselhos Municipais de Juventude, já que a sua criação não foi um património da JS, sendo o resultado da discussão de várias juventudes partidárias. Associou-se a todos os que pretendam dar o seu contributo para

que a Câmara Municipal possa implementar no nosso concelho aquele Conselho e que foi a JSD que há cerca de 1 ano atrás propôs à Câmara do Fundão a sua criação, mas ficou suspensa a medida porque estava a ser discutida na Assembleia da Republica.

Marco Marques – Relembrou que um membro do Governo há cerca de 1 ano prometeu que o IC 1 iria ser uma realidade, mas depois de muitos projectos e vários traçados até agora nada existe. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se sabe de algo mais concreto sobre o assunto. Perguntou qual a situação do projecto da passagem desnivelada da Soalheira, considerando-a muito importante para a sua freguesia e para as freguesias circundantes.

Nuno Miguel Henriques – Considera muito importante sabermos, principalmente num ano de eleições, que temos actualmente 4 deputados do PS na Assembleia da Republica, que deviam estar ao lado dos problemas das pessoas e deviam pensar que estas devem ter confiança. Falou que todos junto deviam pensar no problema da abstenção, porque as pessoas devem escolher quem as deve representar, já que estamos no século XXI e muitas vezes as pessoas nos diversos partidos, nos mais diversos sítios são barradas por diversas circunstâncias, muitas vezes por receios inconsequentes de muitas coisas que podem acontecer. O Fundão neste aspecto tem mostrado a sua diferença, o que é salutar.

Presidente da Câmara – Começou por comentar que o Dr. Nuno Baltazar Mendes já nos habituou a trazer aqui discursos preparados, mas que se enganou no argumento que não tem nada a ver connosco, nem com a Câmara Municipal do Fundão. Fica assim a ideia que aquele discurso se destinava ao governo do PS e nomeadamente ao Senhor Primeiro-ministro, porque tudo o que apontou é revelador da sua actuação e da sua forma de estar na democracia. Em Portugal atingimos um ponto em que na sociedade há medo de falar. Pessoas que sempre foram independentes passaram a calar-se porque embora não lhes caísse mal a eles poderia cair em muitos dos que lhe são próximos. Chegou-se também ao ponto em que as pessoas já não querem exercer os seus direitos e deveres cívicos, conformam-se com tudo. Sobre a nossa Câmara considerou-a um exemplo a seguir, já que tem conseguido resultados notáveis, reconhecidos por todos, provavelmente mais reconhecidos fora das nossas fronteiras do que dentro. Considera uma honra ser filiado no PSD e que não tem nada contra quem é filiado em qualquer partido. Disse que devemos ser iguais a nós próprios antes de termos o poder e depois

de o ter, devemos ser sempre sérios e credíveis, pelo que não recebe nem dá lições sobre o amor que tem à nossa terra. Nunca pediu o cartão a ninguém para entrar ou colaborar com esta Câmara. Se houve coisa que instituiu foi que todas as associações eram apoiadas pelo período do mandato. Quanto ao conselho municipal de juventude, congratulou-se pelo facto das forças partidárias terem chegado a um consenso e que gostaria de ver a JSD e JS a trabalhar em conjunto para institucionalizarem na nossa autarquia aquele conselho municipal de modo a promover e a proteger os interesses dos nossos jovens. Comprometeu-se a contactar a comissão de toponímia para analisar a questão da D. Ermelinda Azevedo. Ao Senhor Presidente da Junta de Vale de Prazeres informou que o subsídio iria ser resolvido este mês e que as questões das estradas iria ser resolvida, uma vez que foi feita uma empreitada para proceder à reparação dos estragos causados pelo Inverno em muitas vias do nosso concelho. Ao Membro Marco Marques informou que a empreitada de modernização da Linha da Beira Baixa até à Fatela está em curso e que os trabalhos para o encerramento da passagem de nível da Soalheira irão começar em breve. Quanto à cidade do Fundão, talvez em Abril possa ser adjudicada a obra para o encerramento de varias passagens de nível.

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do município

José Valério – Começou por perguntar qual foi o prazo que foi dado para execução da obra no Casino Fundanense, já que pensa que a mesmo está muito ultrapassado e quando é que está prevista a sua conclusão. Perguntou também se é verdade que vai ser colocada na Rua Agostinho Ferevereiro uma escada de ferro de emergência do edifício do casino fundanense. Se for verdade considera o facto uma aberração que vai colocar em causa a imagem do edifício. Perguntou também se foram estudadas alternativas.

Abel Rodrigues – Começou por dizer que existem membros do PSD nesta Assembleia Municipal que não estão no local certo, já que é aqui, como foi sempre, que se deve falar de tudo e mais alguma coisa, nomeadamente no PAOD. Lembra-se também do

Senhor Presidente da Câmara, enquanto membro da Assembleia, ter feito em várias sessões considerações sobre o que era o Governo deste país naquela altura e nunca ninguém lhe disse que tinha vindo aqui fazer propaganda eleitoral. Felicitou o Senhor Presidente da Câmara por desta vez, não ter utilizado o período de antes da ordem do dia para fazer campanha. Relativamente à informação escrita disse que não acredita que tenha sido o Senhor Presidente a fazê-la e que ao contrário do que afirma na página 2, esta Câmara vai pôr a votação uma proposta de 4,8 milhões de euros de fundos dados pelo governo, ou seja dando a possibilidade de a Câmara se endividar para além daquilo que podia. Perguntou também se os 60 milhões de euros de obras candidatas vinham do 1º mandato do projecto PITTER ou se já são outras candidaturas. Perguntou o que queria dizer a expressão “todo um conjunto de equacionais e promocionais ...”, mencionada no documento em discussão, já que de certeza não é português.

Luís Castanheira – Cumprimentou todos os presentes e chamou a atenção para o facto de haver muitas coisas que politicamente nos dividem, mas que, ao cumprimentarmos, estamos a transmitir aquilo que nos une, a amizade e solidariedade entre todos. Saudou o regresso do Dr. Santos Costa, já que gente com o seu carácter e a sua postura fazem muita falta. Cumprimentou também à distância o Senhor António Roque, a quem desejou rápidas melhoras. Sobre o documento em discussão falou do abastecimento de água ao Casal de Álvaro Pires, considerando que a obra vem mencionada nas obras em concurso, mas informou que existem análises de água contraditórias naquele Lugar, umas que as consideram impróprias para consumo e outras enviadas pela Câmara 15 dias depois, classificando-as próprias. Face à dúvida e como está em causa a saúde pública, pediu que se verificasse a veracidade de ambas as análises e também rapidez na execução da obra já que a mesma é imprescindível para a salvaguarda da saúde dos seus habitantes. Considerou que o facto de a associação de caçadores do Souto da Casa ali ter construído a sua sede, era um chamariz de pessoas que passaram a frequentar o Casal de Álvaro Pires, estando assim em causa mais gente do que os seus habitantes.

Luís Lourenço – Disse que não ia comentar as 4 páginas de contextualização da informação escrita e que normalmente as perguntas colocadas neste período são pretextos e motivações para mais um discurso, por vezes eleitoralista e não tanto de discussão do que se passa, pelo que não quer contribuir para isso. O que se passou no período anterior dá-lhe a sensação, tal como alguém disse e com toda a razão, que nós

devíamos trabalhar com o nosso empenho e a nossa participação para que haja menos abstenção nos actos eleitorais, contribuição que também é feita com uma intervenção qualificada e dignificante e que por vezes “os jogos florais” a que assistimos nesta Assembleia não dão o contributo para isso. Sobre a informação escrita disse que não tem emenda e que desde o início do mandato chama a atenção para a forma como é feito o documento. Esta informação com os seus anexos não é uma informação sistematizada da actividade municipal durante este período, é o acoplar de um conjunto de informações de diferentes departamentos e vereadores, com nexos diferentes, com listagens de características completamente diferentes que não fazem sentido. Isto não dignifica a Câmara Municipal nem a Assembleia Municipal.

Eduardo Saraiva – Considerou que esta Assembleia estava a ter aspectos interessantes, já que parece que o membro Abel Rodrigues está fazer campanha embalado pelo curso das novas oportunidades ou que o documento foi feito no “Magalhães”, com todos os erros detectados recentemente. De qualquer forma o português parece estar em voga porque o Senhor Procurador-Geral da Republica chamou a atenção dos deputados da república porque estes conjugavam mal os verbos. Sobre a informação escrita, disse que via com bons olhos a iniciativa da Câmara de criação do estudo do projecto para o desenvolvimento comercial da zona antiga e também da recuperação urbana da zona antiga da cidade, dado que isto envolve as nossas empresas no momento em que estas atravessam algumas dificuldades, sendo pois medidas de grande alcance. Focou o facto desta informação escrita ainda não mencionar o Carnaval do Fundão, considerando-o uma marca da cidade. Este ano apesar das dificuldades, os Caminheiros da Gardunha tiveram o apoio possível da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal do Fundão. De qualquer forma deixou um alerta para a participação de todos, já que a participação não pode ficar só nos ombros de homens e mulheres caminheiras que ao fim do dia dão o seu tempo de lazer pela causa. Informou que devem ter estado no Fundão cerca de 15 mil pessoas, com um apoio de 6 mil Euros, apelando a que exista um outro olhar para esta iniciativa de características populares. Considera que o Carnaval deve ter outro enquadramento e só com apoios significativos continuará a ter sucesso.

António José Leitão – Alertou para o estado miserável em que se encontra o parque de estacionamento na zona do centro de saúde, já que ali se desloca muita gente. Alertou

também para o mau estado do piso no espaço que medeia a antiga garagem Barrocas e a rotunda na urbanização Espírito Santo.

Nuno Baltazar Mendes – Disse que essencialmente ia falar sobre o que não constava na informação escrita do Senhor Presidente. Relativamente ao centro de atracções mineiras que irá nascer na antiga lavaria do rio começou por afirmar que o PS considerava o projecto muito importante e estruturante, para não deixar qualquer tipo de dúvida. Aquela candidatura foi considerada como um projecto âncora ao PITTER, pelo que ia colocar algumas questões. A primeira era perguntar o que queria dizer o Senhor Presidente da Câmara quando afirmou numa entrevista na RCB que o projecto rio está a ser redefinido e renegociado e que a crise financeira era a culpada. Por outro lado o Senhor Vereador Paulo Fernandes, numa citação no jornal do Fundão de 1 de Janeiro último diz que os atrasos atiram nova lavaria para 2010 e que já foi solicitada autorização para ampliação desses mesmos prazos. Sobre o que terá corrido menos bem o Senhor Vereador terá apontado o facto de ser uma obra de conservação e restauro e também devido a atrasos da responsabilidade do empreiteiro, que deveria concluir a empreitada em 9 meses. Diz ainda aquele membro do executivo que o empreendimento teve de ser avançado por causa da regras do PITTER, através de uma pequena empresa e que perante as convulsões que este ano existiram nos mercados, essa empresa teve muitas dificuldades em aceder ao crédito o que ditou mais atrasos, acrescentando ainda que a componente de conteúdos e restauro terminou e que a outra parte da obra vai começar em finais de Janeiro. Face a estas intervenções disse que havia alguma contrariedade entre o que diz o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Paulo Fernandes, pelo que pedia esclarecimentos, também porque a “pequena empresa” que mencionaram dá pelo nome de OPCA, que não é propriamente uma empresa pequena. Outra questão que gostava de ver esclarecida era qual era a componente de conteúdos e de restauro e se já começou efectivamente. Considerou estas questões como nevrálgicas, já que estamos a falar de um projecto anunciado em 2005 e já estamos em Março de 2009. Acha que este era um dos temas que deviam vir mencionados na informação escrita já que os membros da assembleia deviam conhecer este processo com suficiente profundidade, exaustão e rigor. Em 29 de Agosto foi perguntado ao Senhor Presidente da Câmara como gostaria de deixar o concelho e a Câmara. Este respondeu que gostaria de ser recordado como “O Marquês de Pombal do Fundão”. Teme que a lavaria do rio não o deixe concretizar esse seu desejo.

Eduardo Saraiva – Disse que a zona da Avenida Eugénio de Andrade é um local onde se concentra e vive muita gente, pelo que dava os parabéns à Câmara Municipal pela implantação naquela zona de um jardim infantil, equipamento social fundamental para o Fundão. De qualquer forma levantou a questão dos problemas de estacionamento naquele zona, que vieram agora agravar-se com a ocupação do espaço de implantação da obra atrás mencionada e perguntou se a Câmara está a equacionar alguma alternativa.

Presidente da Câmara – Sobre a obra do casino e por questões de emergência, vai ser colocada uma escada metálica que vai encostar à fachada. A mesma é obrigatória e é uma circunstância que tem de ser cumprida. As obras no r/c estão concluídas e agora avançaram para o 1º piso. Atrasaram-se devido a questões que têm a ver com os fundos comunitários, nomeadamente devido às diversas candidaturas efectuadas para aquela obra. A Câmara teve o cuidado de respeitar a traça, as características essenciais e culturais do edifício, mas quando se instalam serviços públicos também existem obrigações que hoje são incontornáveis, cujos projectos não são aprovados se não forem contemplados. Respondendo ao membro Abel Rodrigues informou que a questão das “Equacionais” se tratava de um lapso que ia ser corrigido, o que lamenta. Relativamente aos empréstimos afirmou que o governo nunca deu ao município do Fundão 1 cêntimo para estas obras. Os financiamentos são assegurados através do orçamento municipal e através de fundos comunitários. Acontece que precisam da autorização de 1,2 ou 3 ministros para homologação de uma candidatura a fundos comunitários e perguntou que dádiva é esta da autorização? Para obter os empréstimos só devia de haver 2 órgãos que se deviam pronunciar, que eram a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Não é a administração que vai pagar, mas sim os nossos munícipes e o município do Fundão. Desde 2005 que o governo não dá nada ao Fundão, inclusive retirou alguns contratos programa que já estavam assinados e que a primeira coisa que fizeram foi retirá-los ao Fundão. Se não existissem autarquias não havia qualquer investimento por parte do governo na maior parte do território nacional. Anunciou que no próximo dia 23 se iam iniciar as obras de recuperação e modernização do hospital do Fundão e que o alcatroamento da zona do centro de saúde e da zona do Espírito Santo já estão contempladas nos trabalhos já adjudicados pela Câmara. Deu conhecimento que relativamente ao abastecimento de água ao Casal Álvaro Pires, o concurso já foi lançado e espera que em breve possa ser adjudicado e que as obras possam finalmente começar.

Relativamente à análise de água informou que a colheita da autoridade de saúde foi feita em 2 de Fevereiro de 2009 e deu contaminação microbiológica e que a colheita efectuada pelo CITEVE, realizada em 19/2/2009 deu a água própria para consumo. A Câmara desconhece a razão destas diferenças, talvez tenham sido chuvadas que tenham ocorrido nessa altura. Sobre a associação de caçadores ali instalada informou que a montaria nacional da RTP iria realizar-se naquela zona em Novembro deste ano. Sobre o projecto rio deu conhecimento que aquela obra já teve a 1ª fase concluída (pousada e bairro chinês). Esta fase foi apresentada em 2005, mas infelizmente só foi aprovada no último dia prazo do Quadro Comunitário III, em Dezembro de 2007. Pelas suas regras a obra teria de estar terminada até final do ano seguinte. Informou também que este projecto é uma parceria público/privada, mas que tinha uma imposição legal que era a de que o promotor não podia ser uma entidade pública. Assim foi criada a empresa “Recordar o passado” que foi dona e promotora da obra em nome da fundação. O problema foi que sendo uma empreitada de 7,5 milhões de euros, esta empresa necessitou de recorrer ao crédito, mas instalou-se a actual crise financeira e os bancos deixaram de emprestar dinheiro a empresas que não tivessem solidez financeira. O que é certo é que por razões de carácter jurídico a obra cessou e agora está-se a fazer o levantamento do que foi feito para se saldar a obra realizada. Está-se igualmente a reconfigurar a candidatura para que possa ser promovida por uma entidade pública, nomeadamente pela Câmara Municipal, através do QREN. Informou também que dos 10 projectos âncora aprovados a nível nacional nenhum foi concluído, o que considerou uma pena porque havia projectos muito interessantes. Informou ainda que no concurso foram utilizados todos os procedimentos administrativos como se tratasse de uma obra pertencente a uma entidade pública. No dia seguinte ia ser formalmente iniciada a obra do novo jardim-de-infância e como qualquer “Marquês de Pombal” que se preze existem sempre dificuldades, mas também cá estão para as saber ultrapassar.

2.2 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Contração de um empréstimo a Médio e Longo Prazo até ao valor de 5.587.920,00 € - Adjudicação”

José Luís Oliveira – Solicitou esclarecimentos, nomeadamente a listagem de finalidades, já que com os dados apresentados ficamos um pouco de mãos atadas, sem poder fazer apreciações positivas ou negativas, uma vez que não sabemos o que está

aqui colocado. Relativamente ao cine teatro Gardunha que vai absorver cerca de 70% das verbas em causa, fez votos para que não se esteja perante “mais um elefante branco”, de empolgamento político.

Presidente da Câmara – Informou que este empréstimo se destina a acompanhar as ajudas comunitárias que já estão atribuídas e consagradas através de uma assinatura conjunta com outras 11 Câmara Municipais (COMURBEIRAS). Esta comunidade conseguiu aprovar candidaturas no valor de 42 milhões de Euros, recebendo a Câmara Municipal do Fundão cerca de 5 milhões. As principais obras aprovadas para o Fundão foram a recuperação do cine teatro Gardunha, a recuperação dos parques industriais e o alargamento da estrada entre o Salgueiro e Escarigo.

Colocado o documento a votação foi o mesmo **APROVADA POR MAIORIA, com 39 votos a favor e 11 abstenções** dos membros Nuno Baltazar, Abel Rodrigues, Luís Lourenço, José Luís Oliveira, José Valério, Berta Rodrigues, Bruno Ramos, Torcato Mendonça, António Leitão, José Pina e Jorge Santos.

2.3 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Candidatura à resolução do Conselho de Ministros 191-A/2008 de 27 de Novembro – financiamento de médio e longo prazo – adjudicação de um empréstimo junto da CGD no valor de 4.505.814,00 € e junto do Estado através da Direcção Geral no valor de 3.003.875,00 €”

Luís Lourenço – Considerou que este era o grande ponto de discussão desta Assembleia Municipal e que era importante decidir já que estamos a falar de um empréstimo que tem a ver com o programa “pagar a tempo e horas”. Reconhece que isto é feito tendo em conta as circunstâncias difíceis que o País atravessa e em particular os agentes económicos locais e portanto este empréstimo vai servir para aliviar problemas que se levantam a esses agentes, pelo facto de a Câmara Municipal do Fundão ter os prazos de pagamento demasiado dilatados, porque se não fosse assim não era necessário estarmos a contrair este empréstimo. Considerou também que, se isto é verdade, neste momento e nestas circunstâncias, diria que esta deveria ser uma regra e uma forma de estar de qualquer Câmara Municipal. Devia-se privilegiar fornecedores, agentes económicos locais na prestação de serviços e fornecimento de produtos à Câmara do Fundão e depois não atrasar esses pagamentos para que aqueles possam ter fôlego para

desenvolverem a sua actividade e para que os problemas socio-económico que têm surgido não sejam agravados. Aconselhou a Câmara Municipal a dinamizar a actividade económica e lançou o seguinte repto “Devem tapar alguns buracos, porque se calhar alguns não é preciso abri-los”. Afirmou também que este empréstimo não conta para a capacidade de endividamento mas este existe e tem de ser pago. Finalmente perguntou se a selecção de quem é consultado para atribuir o empréstimo é a Câmara Municipal ou se qualquer entidade se pode propor. Sendo uma consulta da Câmara Municipal por que razão não aparece aqui a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Fundão.

Nuno Baltazar Mendes – Considerou este assunto muito importante e um instrumento decisivo que a Câmara pode e deve utilizar, sobretudo no desenvolvimento, na estruturação e fortalecimento do sector privado. É de facto fundamental dar força a um sector privado, seja ele de âmbito regional ou local. Disse também que ao contrário dos outros bancos, felizmente que a Caixa Geral de Depósitos ainda consegue apresentar uma taxa de juros aceitável, de forma a resolver o problema das pessoas e das empresas, o que demonstra a importância de existir um banco de capitais públicos ao serviço da economia portuguesa e demonstra a absoluta necessidade da Câmara e de todos os responsáveis políticos terem muita consciência que o cumprimento do pagamento de uma factura é no dia do vencimento e não no prazo em que se puder pagar. Acentuou que a Câmara Municipal também deve receber a tempo e horas as receitas a que tem direito. Perguntou em que termos poderá ser feito um novo empréstimo permitido por Lei com a Direcção Geral do Tesouro e se a Câmara do Fundão vai recorrer a ele.

Rogério Hilário – Focou também a importância deste empréstimo porque é bom colocar à disposição das empresas alguns recursos e permitir que a economia não entre no colapso onde está a ser induzida. Há uma grande preocupação naquilo que é a situação financeira do país e lembrou que a forma como o Senhor Nuno Baltazar falou para a Câmara devia ser falado também ao nosso governo, já que devíamos repensar alguns investimentos que podem trazer ao País um colapso definitivo. Afirmou também que relativamente àquilo que são as avaliações das grandes agências internacionais de renting, estão a colocar o país definitivamente numa rota em que dificilmente teremos financiamentos consideráveis e comportáveis com a competitividade do País.

Presidente da Câmara – Este empréstimo é importante porque se destina às economias locais e pretende reduzir os prazos de pagamento das entidades públicas aos credores. O Município do Fundão pôde candidatar-se a um montante de 8.100.000 €, divididos 60% através de uma instituição de crédito, durante 5 anos e os restantes 40% à própria Direcção Geral do Tesouro por 10 anos, mas no rateio, o que está em causa é o valor de 7.509.689,00 € e não o anteriormente mencionado, de que o governo retirou cerca de 600 mil euros.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se estava de acordo em que se votasse a proposta com a indicação dos valores definitivos mencionados pelo Senhor Presidente na intervenção anterior, o que foi aceite por unanimidade.

Colocada a proposta a votação, com a indicação dos valores definitivos mencionados pelo Senhor Presidente da Câmara (7.509.689,00 €), foi aprovada por unanimidade.

2.4 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Declaração de interesse municipal do perímetro de intervenção do programa de Regeneração Urbana do Polis XXI do Fundão”

Luís Lourenço – Disse que a proposta devia conter a deliberação e votação da Câmara, o que mais uma vez não aconteceu. Por outro lado disse que ao ver este mapa gostaria de ver como suporte a esta deliberação o que se pretende fazer, ou seja a existência de um mínimo de informação em termos de plano do que este POLLIS 21 vai ser.

Jorge Garcez – Relativamente à definição que a Câmara tomou sobre o perímetro histórico do Fundão a JSD propôs à Câmara um programa de incentivo ao arrendamento jovem que irá beneficiar os arrendatários jovens a rendas mais baixas e que terão todo o gosto em discutir a proposta com os membros das bancadas dos outros partidos.

Bruno Ramos – Disse que não tem conhecimento da proposta da JSD mas que existe um programa do governo central (Porta 65) sobre este tema. De qualquer forma disse que gostava de ter conhecimento do mesmo.

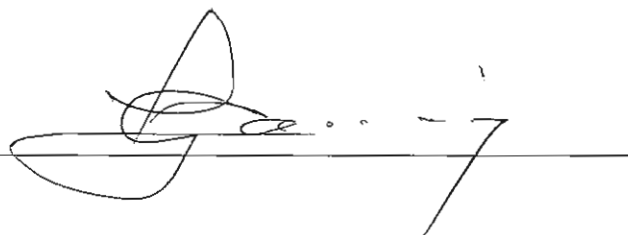
4/2017

Jean Barroca – Disse que assistimos hoje a uma série de acções de propaganda por parte do Partido Socialista. Disse também que o apoio contemplado na proposta da JSD trata de reduções no IMI e que será uma medida concreta, eficaz e séria de apoiar os jovens e de apoiar a revitalização do centro histórico do Fundão. Lamenta que nalgum momento algumas pessoas esqueçam o que estamos aqui a fazer, já que estamos a tratar do futuro e do presente das pessoas que estão lá fora.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19h30m. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal



1º Secretário

2º Secretário

Maria do Carmo Roxo Nogueira

VOTACÕES DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Contracção de um empréstimo a Médio e Longo Prazo até ao valor de 5.587.920,00 € - Adjudicação” – **APROVADA POR MAIORIA, com 39 votos a favor e 11 abstenções.**

2.3 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Candidatura à resolução do Conselho de Ministros 191-A/2008 de 27 de Novembro – financiamento de médio e longo prazo – adjudicação de um empréstimo junto da CGD no valor de 4.505.814,00 € e junto do Estado através da Direcção Geral no valor de 3.003.875,00 €” - **APROVADA POR UNANIMIDADE**

2.4 – Apreciação e votação de uma Proposta da Câmara Municipal de “Declaração de interesse municipal do perímetro de intervenção do programa de Regeneração Urbana do Polis XXI do Fundão” – **APROVADA POR UNANIMIDADE**

***“A morte é a curva da estrada,
morrer é só não ser visto.”***

Fernando Pessoa



Desde 5 de Janeiro que Luís Seco “não é visto”. Mas não pode, nem deve ser esquecido. Por isso nesta primeira sessão da A.M. depois do seu desaparecimento não poderia deixar de o lembrar.

Ao evocar o Luís Seco é a sua dimensão humana que se salienta: uma intervenção cívica corajosa, uma sensibilidade cultural invulgar, uma solidariedade e disponibilidade para com os menos protegidos e, não menos importante, a sua boa disposição e amabilidade.

O seu percurso, de cidadão do Fundão, foi marcado pela intervenção cívica empenhada e coerente. Começo por destacar a sua actividade política enquanto militante e dirigente do P.C.P., mas também, e de uma forma particular, enquanto membro eleito na Assembleia Municipal do Fundão integrado na CDU.

Mas porque, para ele, a política não era uma coisa árida, a actividade e intervenção que desenvolveu foi marcada pela sua invulgar sensibilidade cultural. Assim, em Coimbra, aliou a participação na contestação estudantil à ditadura à intervenção cultural, nomeadamente enquanto membro da direcção do TEUC.

Aqui no Fundão, fez parte do grupo fundador da rádio Cova da Beira, tendo integrado os seus órgãos sociais. Nessa mesma rádio, bem como na RJF divulgou e partilhou com os ouvintes a sua paixão e o seu enorme conhecimento da música jazz.

Porém, aquilo que mais nos fará lembrar de Luís Seco talvez seja a sua dimensão pessoal, a sua solidariedade e disponibilidade, a sua boa disposição e amabilidade.

Como escreveu Fernando Paulouro, Luís Seco “... foi, se quisermos fazer a síntese em retrato apressado, um homem bom e solidário”

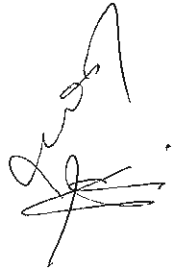
A “bondade e bonomia, o amável sorriso que sempre iluminava o seu rosto, foram marcantes no seu percurso de vida, até ao fim.”

Aqui fica pois o testemunho de saudade, e homenagem, e este *homem bom e solidário*.

Fundão, A.M., 12 de Março de 2009

Luís Lourenço





Exmo. Senhor Presidente,

Temos ao longo da nossa intervenção nesta Assembleia Municipal, cremos que de forma e modo responsável, interpelado o poder executivo na nossa autarquia, acerca da participação dos nossos concidadãos na vida da sua câmara, tentando fomentar e incrementar a mesma.

O poder autárquico não só não necessita de tal participação, como não pode prescindir dela.

A crítica, a divergência, a diferença, a alternativa de políticas e projectos, a descoberta de novos caminhos para fazer face aos novos desafios que a globalização veio colocar, com toda a panóplia de meios que colocou ao dispor e tornou acessível aos cidadãos em geral um conjunto de meios e de recursos que se postos ao serviço da comunidade de forma e modo generalizado, mas também com inteira liberdade, constituem uma importante alavanca no caminho do progresso.

A qualidade da nossa democracia de que todos falamos, mas que nem todos querem de facto impor de forma e modo não reverencial, é um objectivo que não podemos perder de vista.

Por isso temos nós – no lugar certo, que é esta Assembleia – assumido o nosso papel de agentes políticos com as suas obrigações próprias. Somos neste mandato oposição e desempenhamos esse papel cívico pelo modo próprio: analisando e escrutinando criteriosamente a actividade do executivo maioritário, corroborando o que entendemos acertado, criticando o que se nos afigura ser prejudicial ao concelho – reflectindo; propondo e alvitando quando é o caso; denunciando e impugnando quando a consciência no-lo impõe.

Denunciamos o que nos pareceu de mais negativo e contraproducente no exercício do poder pela actual maioria, o encerramento da maioria sobre si mesma; o isolamento do



nosso concelho; a falta de ambição na criação de projectos de desenvolvimento regional; a afirmação e a defesa de políticas, cuja existência e prova de vida radicavam apenas no "inimigo externo"; quando mais era necessário resolver os problemas, a actual maioria distribuiu culpas; a verdadeira teia de dependências e favores, povoada por verdadeiros profissionais, cujo sustento provém única e exclusivamente da política, impedem na prática a renovação que todos sentimos e temos consciência que é imperioso alcançar, não em nome de fidelidades prévia e necessariamente garantidas.

O emprego público, por mais meritório e desejável que seja, não pode constituir uma forma e a fonte de cimentar uma maioria, seja ela qual for.

Não é admissível, uma máquina da administração densa e generosamente povoada de contratados que nada fazem, mas que por alguma razão interessa ao poder ter sob a sua folha de pagamentos. Uma vez passada a primeira fase, os incondicionais terão a sua colocação assegurada, enquanto os outros viverão no limbo da precariedade, até demonstrarem a sua efectiva dedicação à causa.

O controle e o domínio de todas as formas de expressão da sociedade civil, entrando em todos os órgãos sociais de todas as instituições, associações, clubes e colectividades em geral.

Uma vez no poder dessas colectividades, há que aprovar transferências de capital, subsídios, ajudas, colaborações, cooperações e co-produções..., mais uma vez, um custo elevado para o erário público mas com a compensação já referida.

Esta verdadeira anulação da sociedade civil tem o seu expoente máximo na criação pelo próprio poder de associações, que depois preenche a seu bel-prazer e, de novo, com uma "linha de crédito" virtualmente ilimitado.

E o que dizer de quase todos os órgãos sociais de todas as instituições do nosso concelho serem detidos por vereadores, presidentes de junta, chefes de gabinete, adjuntos, assessores e demais correligionários políticos?

Dirão v. Exas. Senhores Deputados da maioria: Mas onde está a ilegalidade?

Dizem bem, de facto nenhuma ilegalidade existe, resposta que, certamente, vos concede a tranquilidade e o merecimento adequados.

Não é o nosso caso.


A nossa crítica e denuncia não visa apurar esta situação sob o ponto de vista legal, mas antes denunciar politicamente este estado coisas que representa um verdadeiro constrangimento à participação política e cívica, e em tudo contraditória com a propaganda do executivo, mas é caso para salientar que a propaganda serve para isso mesmo!

Como é possível que sociedades de advogados avançadas da câmara tenham como função contratual a realização de trabalhos de natureza jurídica conducentes à definição e concretização de políticas do município? Estamos todos expectantes acerca do conhecimento de tais políticas e das respectivas orientações também políticas!

A nossa aposta é na cooperação, sem seguidismos e intervencionismos que não estimulam a participação.

Queremos escutar o ponto de vista das pessoas, liderando com humildade, trabalho duro, devoção e lealdade.

Os problemas exigem respostas práticas, partilhando a nossa visão de futuro, de acordo com a estratégia sobre a forma como pretendemos organizar a câmara e governar o município.



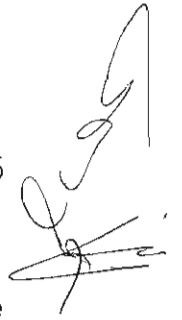
Também no nosso concelho somos um povo de muitas cores, cujo esforço de todos será sempre necessário para fazer face aos desafios que temos pela frente.

O nosso desafio é o de convocar o maior número possível dos nossos concidadãos para se esforçarem em conjunto por ter um concelho que pode e deve mudar para melhor, sem estar manietado por um passado, que mais não é que o instrumento utilizado até às ultimas consequências para evitar a mudança.

No cumprimento da obrigação que temos perante os nossos concidadãos, para ouvir todos e trabalhar para todos, adiantámo-nos a dar o exemplo de abertura e ponderação – e escolhemos para o próximo acto eleitoral um candidato que não tem nem nunca teve filiação partidária mas tem muito amplo reconhecimento geral como amante da nossa terra e trabalhador incansável – sempre gratuitamente e de forma generosa – pelas causas do Fundão e ao lado de todos os fundanenses independentemente de cores partidárias. O Dr. António Leal Salvado, honrou-nos com o assumir deste desafio e está a preparar uma candidatura que aceita e reúne todas as boas vontades. Mas – note-se – ele próprio quis dar o exemplo de sair do protagonismo das muitas colectividades a que sempre deu o seu trabalho. Deixou todos livres da influência interesseira, para melhor dar apoio empenhado. Tomámos para nós o exemplo.

Mas o poder actualmente maioritário não deve ignorar que, se a nossa divisa é TODOS POR TODOS, nem por isso afrouxa a nossa responsabilidade de alerta e denúncia ante os erros de uma gestão endividadora e ruínosa do executivo municipal, quando se nos afigura que é assim que ela se conduz – como infelizmente tem sido o caso. Não aproveitem a nossa preocupação de consensos colectivos para se arrogarem o direito a calar todas as críticas, no intuito de abafarem a onda de mudança que no Fundão se vive já.

Não confundam as vossas preocupações próprias com os interesses gerais do concelho.



Os que resistem à mudança resistem à realidade. Sabemos que estamos certos, e por isso seremos determinados no caminho que iniciamos.

Teremos respostas certas, mesmo nos assuntos e matérias mais incómodas, não fugiremos dos debates, pelo contrário devemos fazê-los.

Lutaremos por uma nova liderança na nossa autarquia.

A liderança é arte de praticar coisas simples – gestos do senso comum que asseguram um moral elevado e aumentam as possibilidades de vencer.

Pequenas mudanças podem ter grandes consequências.

É esta mudança que queremos realizar e abraçar.

A nossa alternativa será positiva, afirmativa, participativa e com uma visão de futuro.

A candidatura do PS não é um favor ou uma benesse, ou sequer uma resposta a abaixo assinados, mais ou menos assinados e ou estimulados.

É a resposta aos anseios e à esperança de todos aqueles que acreditam que é possível uma nova liderança, mais humilde e com capacidade para se manter focalizada no projecto de desenvolvimento do nosso concelho, sem preocupações de outra natureza.

O Fundão vai ganhar.

Tenho dito.

Fundão, 12 de Março de 2009

Nuno Baltazar Mendes